

**FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL DA ASSOCIAÇÃO RIO
CACHOEIRA DO NORTE, MUNICÍPIO DE PALHOÇA, LITORAL CENTRO-
SUL DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Aline Miranda Barbosa (1) aline_mbarbosa@yahoo.com.br
Jaqueline Maria Prudencio (1) jaquegaia@yahoo.com.br
Walquiria Krueger Corrêa (2) Kiriakc@hotmail.com

(1) Estudante de Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.
(2) Profª Depto de Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina.

Introdução

A problemática socioambiental decorre fundamentalmente da persistência na concepção reducionista de desenvolvimento. Esta concepção baseia-se na ideologia do domínio sobre a natureza e da mercantilização progressiva de todas as esferas da existência humana, não contabilizando os custos sociais e ambientais correspondentes. (SACHS;1986,1993; VIEIRA,2005)

De acordo com Becker & Gomes (1993), os problemas socioambientais, decorrem dos modos de apropriação e uso do território e de seus recursos naturais. Para estes autores a gestão do território e os problemas ambientais decorrentes, são indissociáveis dos padrões de desenvolvimento adotado, que se definem pela interação da dinâmica interna das sociedades e das pressões externas. Neste sentido, as zonas costeiras, áreas onde ocorre a interação entre os ecossistemas terrestres e os ecossistemas marinhos, convertendo-se assim, em um especial patrimônio natural e cultural, representa uma das mais ameaçadas pelo processo de urbanização capitalista.

Na América Latina, por exemplo, aproximadamente 75% da população vive em cidades; das 77 maiores cidades, 60 são costeiras. No Brasil, aproximadamente 70% da população concentra-se a uma distância de 60km do litoral, formando aglomerados urbanos, crescendo de forma desordenada, e sem acesso a serviços públicos fundamentais, como por exemplo sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Destaca-se no rol das principais atividades econômicas: a exploração petrolífera, as atividades portuárias, industriais, agroindustriais, agropecuárias, a silvicultura, a aqüicultura, a extração mineral, a pesca, o veraneio e o turismo de massa (POLETTE & VIEIRA, 2005).

Na zona costeira brasileira, sob pressão intensa da industrialização e da urbanização, podem ser encontrados remanescentes do bioma da Mata Atlântica, reduzido a 7% de sua área original. A degradação resulta de um processo histórico de ocupação agrícola, pastoril, industrial e urbana desordenada e predatória.

Uma parte deste bioma vem sendo transformado em unidades de conservação de uso indireto, cujos conselheiros gestores continuam a não dispor dos recursos materiais, financeiros e humanos essenciais para o desempenho de suas funções. Em um cenário de descentralização progressiva do sistema de gestão, vem se tornando imprescindível promover o engajamento das populações locais no planejamento e na gestão dessas unidades. As pesquisas contemporâneas sobre Etnoconservação convergem neste sentido, ressaltando que o estabelecimento de áreas de proteção natural na qual proíbe a presença humana, modelo importado de países industrializados, não corresponde mais ao contexto atual de evolução do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (DIEGUES, 2001).

Neste contexto, o presente trabalho faz uma análise das problemáticas socioambientais e das estratégias em prol de um desenvolvimento local alternativo para a sub-bacia Rio Cachoeira do Norte, localizada na zona costeira de Santa Catarina, a aproximadamente 50 km ao sul de Florianópolis entre as Latitudes 27°, 47',30" a 28°,0',30" S e longitudes 48°, 39',10" a 48°, 50',54" W.

O patrimônio ecossistêmico identificado na região está distribuído em duas unidades geomorfológicas: as Serras do leste Catarinense caracterizada pela seqüência de Serras dispostas de forma subparalela, com orientação dominante no sentido NE-SW e variação altimétrica ultrapassando 1.200 m em alguns pontos e a altitudes inferiores a 100m próximo à linha de costa. Neste complexo embasamento cristalino se desenvolve a floresta ombrófila densa (floresta tropical atlântica), que segundo Klein, é formada por densas comunidades arbóreas, entremeadas por extratos inferiores, além de uma densidade de epífitas e lianas. (KLEIN, 1978)

A outra unidade Geomorfológica é a Planície Costeira, originada no período Quaternário, nas diversas fases de transgressão e regressão marinha. Apresenta terrenos planos e suavemente ondulados, com as topografias mais baixas do relevo, formando uma drenagem meândrica. Composta de uma expressiva variedade de depósitos sedimentares, transportados e depositados sob a ação das ondas, correntes, marés, ventos litorâneos e rios,

formando depósitos fluviais, lacustres, flúvio-marinhos, marinhos e eólicos. O que possibilitou o desenvolvimento de uma diversidade biológica especial, apresentando associações vegetais influenciada direta ou indiretamente pelo oceano e conseqüentes condições edáficas, a exemplo mangues, restingas, floresta ombrófila densa de terras baixas e brejos.

A dinâmica ecológica da área, situada na Zona Subtropical Sul, está associado a um clima controlado pela massa de ar de origem tropical marítima e polar marítima. Conhecida por anticiclone semi-fixo do Atlântico Sul, centro de ação da massa Tropical Atlântica (mTa - quente e úmida) e o anticiclone polar, centro de ação das massas polares móveis (mPa - fria e úmida). A dinâmica dessas massas de ar, associada ao relevo conforme KÖPPEN possibilita o clima mesotérmico úmido com verão quente. Onde o baixo índice de continentalidade pela proximidade com o Oceano Atlântico, aliado à posição geográfica e a elevação topográfica da Serra Geral, propicia pequena oscilação da temperatura, alta umidade do ar e alta pluviosidade. A temperatura média anual varia de 17 a 21° C e um máximo de 32° C. A precipitação pluviométrica total anual varia de 1200 mm a 1700 mm, sem estação seca.

Estas condições climáticas com elevadas precipitações, associadas aos altos índices de umidade o ano inteiro, são fatores determinantes no desenvolvimento dos vários ecossistemas associados ao Complexo da Mata Atlântica.

A hidrografia da área, compõe a Bacia do Rio da Madre, que possui uma área de drenagem fluvial de aproximadamente 375km², abrangendo os municípios de Paulo Lopes e Palhoça. Os principais canais fluviais da sub-bacia são: o rio Cachoeira do Norte, o rio Furado, o rio Encantada e o rio Sulana.

A população está distribuída em três comunidades: Albardão, Sertão do Campo e Três Barras, com seus limites territoriais demarcados pela rede de drenagem dos canais fluviais. Atualmente reside na área aproximadamente 240 famílias segundo relatório da Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Cachoeira do Norte (2005).

Em relação ao processo de ocupação e formação sócio espacial, as primeiras informações sobre a ocupação humana advêm dos sítios arqueológicos que indicam ter sido ocupado por povos pré-cambrianos. Antecedendo a colonização européia, registra-se o povoamento por tribos Tupi-Guaranis, sendo que ainda existem remanescentes destes

povos na região. A colonização porém, se estabeleceu no século XVIII, principalmente por imigrantes açorianos e madeirenses que em seus lugares de origem eram agricultores e pescadores.

Assim, quando se fixaram no litoral sul do Brasil passaram a combinar a agricultura com a pesca, mas criando traços culturais próprios, fruto da miscigenação com índios e negros. Com base em técnicas agrícolas indígenas de rotação da terra, desenvolveram pequenos modos de produção, apresentando inclusive sistemas comunais de apropriação do espaço e uso dos recursos naturais. De modo que as famílias asseguravam sua subsistência mediante a combinação de atividades agrícolas, pesca artesanal, caça e extrativismo vegetal, estruturando-se em comunidades tradicionais de importante patrimônio cultural. (DIEGUES,2002)

Este espaço rural descrito, retrata-se nas três comunidades já citadas, as quais compartilham a mesma trajetória de desenvolvimento local. Organizadas inicialmente com base em práticas agrícolas, destacando o cultivo da mandioca, do feijão, do milho e do amendoim. Como também a atividade extrativista de lenha e a pesca artesanal de subsistência.

A partir de meados do século XX, com a expansão urbana de Florianópolis e da orla marítima entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul, como também com o surgimento da atividade turística, os modos de vida açoriano (nomeação atribuída a estes povos tradicionais do litoral de Santa Catarina) passam por transformações e hibridizações, se descaracterizando. Processo este que se intensificou nas últimas décadas, acompanhado de uma tendência à ocupação desordenada do espaço e do uso predatório dos recursos naturais, comprometendo seriamente o patrimônio natural e cultural.

Trata-se de transformações principalmente relacionadas com a divisão espacial do trabalho, detalhadas a seguir em uma escala temporal de décadas:

- de 60 a 70: a construção da infra-estrutura viária da BR 101 e início da atuação de projetos de extensão rural sob o enfoque da Revolução Verde e da “modernização” do campo;

- de 60 a 90: atuou a multinacional Souza Cruz (empresa que atua no mercado nacional de cigarros), onde em 1975 praticamente todas as famílias ainda com seus engenhos de farinha praticavam também o predatório cultivo do fumo; nos anos 80, instala-

se a indústria aviária nacional Macedo Agroindustrial, atualmente sob domínio do capital estrangeiro;

- a partir de 90: intensifica-se a expansão da fronteira agrícola da rizicultura iniciada por volta da década de 80 por famílias provindas do município de Turvos, ao sul do estado, ocupando os brejais (antigas terras comunais) extremamente alterados pelo desmatamento e drenagem dos rios e do solo; a extração de areia inicia-se também na década de 90, fornecendo matéria prima para o mercado da construção civil da região metropolitana de Florianópolis, atualmente há dez areias em atividade, comprometendo principalmente o abastecimento de água das comunidades. O mais recente tipo de ocupação e uso do solo que vem se desenvolvendo na região é a monocultura convencional de tomate.

Estes são os reflexos de uma modernização que passa a fazer parte da realidade dessas comunidades, dentre os efeitos estão: a desapropriação dos espaços e recursos naturais; o esfacelamento da cultura local; o êxodo rural; crescente número de trabalhadores assalariados atuando como mão de obra barata para as novas atividades econômicas que foram e estão se introduzindo na região, exemplo a construção civil em expansão.

Deste processo de introdução do capitalismo estrutura-se na área em estudo a proletarização de um lado e a formação de empresários agrícolas e mineradores de outro, os condicionantes para o surgimento da concentração de terra.

Por fim, são poucas famílias que dão continuidade a policultura de subsistência; dos engenhos de farinha restam hoje somente sete, três ainda em funcionamento representando a continuidade da pequena produção familiar na descontinuidade.

A paisagem antes marcada pelas “roças”, brejais e pequenas casas com seus engenhos está hoje marcada pela monocultura do arroz, do tomate, pelas irregularidades da atividade mineradora, pelo intenso odor gerado pelas granjas da indústria aviária, pelas cicatrizes no morro causadas pela pecuária e pela extração mineral de granito, pela degradação dos ecossistemas; os rios, por exemplo, apresentam-se assoreados e poluídos principalmente por agrotóxicos e a diversidade e quantidade de peixes é muito inferior das de outros tempos.

Vale a pena ressaltar ainda, que parte da bacia está inserida num mosaico de unidade de conservação, formado pelo Parque Estadual da Serra do Tabuleiro (PEST) e

pela Área de Proteção Ambiental (APA) da Baleia Franca. O PEST foi implantado em 1975, como uma área protegida de uso indireto, e possui um histórico de conflitos não resolvidos, ausência de regularização fundiária e sem envolver efetivamente os moradores locais na sua gestão. Em relação à APA da Baleia Franca, implantada em 2002, trata-se de uma área protegida de uso direto ainda pouco conhecida pela população local.

Em um prévio prognóstico, a dinâmica da especulação fundiária e imobiliária na região, potencializada com a duplicação da BR 101, poderá conduzir, em médio prazo, à reprodução do modelo de desenvolvimento costeiro que prevalece no litoral centro-norte do estado, que se caracteriza por seus elevados custos sociais e ambientais.

O contexto em análise, exige ações estratégicas, visando efetivar processos de planejamento integrado e participativo em prol de um novo estilo de desenvolvimento local capaz de internalizar a dimensão socioambiental. Neste sentido, configura-se os desafios deste projeto intitulado: *“Fortalecimento Institucional da Associação Rio Cachoeira do Norte, município de Palhoça, litoral centro-sul do estado de Santa Catarina.”* Mas especificamente, trata-se de um projeto apoiado pelo Departamento de Extensão ligado à Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) , e desenvolvido no rol da formação de uma rede interinstitucional, a saber: o Centro de Estudos e Promoção da Agricultura de Grupo (CEPAGRO / ONG) e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina (EPAGRI).

O projeto esta fundamentado no enfoque analítico de Desenvolvimento Territorial Sustentável, que representa uma concepção sistêmica de desenvolvimento, integrando suas dimensões socioeconômicas, sociopolíticas, socioculturais e socioecológicas. Orientado pelos princípios do conceito de ecodesenvolvimento, trata de conceber estratégias consideradas ecologicamente prudentes, socialmente eqüitativas, politicamente descentralizadas e economicamente solidárias. (MARTINEZ ANDION, 2007; SACHS, 1986; VIEIRA, 2006).

Desta forma, o projeto focaliza a agroecologia como um viés para a revalorização do espaço rural, aliado a um trabalho contínuo de cooperação e de redes comunitárias. Pois a agroecologia mostra-se perante as problemáticas socioambientais do crescente processo de descampenização, uma estratégia para o fortalecimento da agricultura familiar, um processo de mudanças na base produtiva das propriedades, com a incorporação de técnicas

adequadas ao ecossistema local. Mudanças estas relacionadas também com as formas de organização dos agricultores para que possam superar e avançar as barreiras da comercialização e industrialização.

A Associação Rio Cachoeira do Norte integra as três comunidades da sub-bacia em estudo, foi criada no ano de dois mil e quatro, no âmbito do Projeto de Recuperação Ambiental e de Apoio ao Pequeno Produtor Rural - PRAPEM/MICROBACIAS 2, uma iniciativa do governo de Santa Catarina com apoio do Banco Mundial, que tem como principal agente executor a EPAGRI e uma das estratégias metodológicas do projeto *Microbacias 2* é a criação de Associações de Desenvolvimento nas Microbacias.

A existência de uma associação que integre as três comunidades representa um grande potencial, mas é de suma importância que seja fortalecida a sua coesão comunitária e a sua capacidade de autogestão e planejamento, caso contrário, a fragilidade da associação se agravará, podendo até mesmo se extinguir quando o projeto *Microbacias 2* deixar de atuar.

Outro potencial a ser destacado é o fato de a Associação Rio Cachoeira do Norte encontrar-se na área de abrangência de um núcleo de agroecologia, o *Núcleo do Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia ECOVIDA* que tem como mediador a ONG CEPAGRO. A Rede ECOVIDA é composta por agricultores familiares, técnicos e consumidores reunidos em associações, cooperativas e grupos informais. O funcionamento da Rede é descentralizado e está baseado na criação de núcleos regionais nos estados do Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul com o objetivo de: desenvolver e multiplicar as iniciativas em agroecologia; estimular o trabalho associativo na produção e no consumo de produtos ecológicos; articular e disponibilizar informações entre as organizações e pessoas; aproximar, de forma solidária, agricultores e consumidores; estimular o intercâmbio, o resgate e a valorização do saber popular; ter uma marca e um selo que expressam o processo, o compromisso e a qualidade.

Entre os obstáculos diagnosticado, enfatiza-se o elevado índice de analfabetismo e semi-analfabetismo entre os adultos, como também acentuado número de jovens com o ensino fundamental incompleto. Esta problemática, é reconhecida pelos agentes institucionais atuantes nas comunidades, como um dos fatores limitantes para um desenvolvimento integral, capaz de internalizar todas as suas dimensões: o político, o

social, o cultural, o econômico e o ecológico. Portanto o projeto prioriza estratégias que viabilize recursos educacionais e técnicos, pois a qualidade do sistema educacional formal e informal influencia decisivamente o ambiente cultural e político, com reflexos evidentes no campo socioeconômico.

Considerando a necessidade de métodos inovadores para a realização de pesquisas socioambientais, preconiza-se ações interinstitucionais, uma vez que a temática está fundamentada no enfoque sistêmico transdisciplinar.

Objetivo Geral

Contribuir no fortalecimento institucional da Associação Rio Cachoeira do Norte, efetivando espaços e processos de planejamento e gestão integrada e participativa em prol de um desenvolvimento local alternativo.

Objetivos Específicos

- Mobilizar e estimular, através de uma rede interinstitucional, o trabalho associativo, a produção, o processamento, o consumo e a comercialização de produtos ecológicos.
- Integrar a associação ao Núcleo Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia ECOVIDA
- Viabilizar junto ao poder público a implementação do ensino de jovens e adultos com caráter educativo socioambiental.

Metodologia

Visando ações estratégicas com a finalidade de efetivar espaços e processos de planejamento integrado e participativo em prol de um novo estilo de desenvolvimento local, focalizando a agroecologia como um viés para a revalorização do espaço rural, destaca-se como um potencial a ser trabalhado a recente Associação Rio Cachoeira do Norte, por ser atualmente um dos elos de integração entre as comunidades.

Considerando o desafio de estabelecer uma ação interinstitucional e participativa, foi planejado e realizado a articulação entre quatro instituições em prol da agroecologia, sendo estas: a Associação Rio Cachoeira do Norte; a UFSC; a CEPAGRO e a EPAGRI. Marcado por uma série de reuniões para a promoção de discussões e planejamento das ações.

Espaços e vivências de troca de saberes são priorizados. Estabelecidos inicialmente sob a forma de reuniões e encontros comunitários focados na perspectiva de sensibilizar sobre as questões da produção agroecológica, da cooperação, do planejamento e da gestão integrada. A saber: ocorreram encontros que viabilizaram intercâmbio de experiências com os grupos do Núcleo do Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia ECOVIDA, dos municípios vizinhos e com cooperativas de artesãs de tecelagem.

Posteriormente foram realizadas oficinas de capacitação profissional em agroecologia e tecelagem. Nestas ocasiões foram executadas práticas objetivando a implantação de hortas familiares agroecológicas (construídas sob a forma de mutirão); produção de biofertilizantes, composto orgânico a base de resíduos da agroindustrialização de mandioca e derivados; planejamento de produção; extração e beneficiamento de fibras naturais e uma oficina sobre o pastoreio Voisin (técnica de pastagem agroecológica).

Um prévio estudo sobre os aspectos sócio culturais da região e suas transformações históricas, também foi realizado, por meio de levantamentos bibliográficos e, sobretudo por meio de entrevistas abertas em visitas domiciliares, as quais contemplaram dez famílias, a faixa etária dos entrevistados variou de 23 à 81 anos. Registros fotográficos também foram realizados e observações das paisagens (observações diretas e de imagens de satélite) complementam o estudo.

Resultados

Como parte dos resultados alcançados destaca-se o fortalecimento da coesão comunitária do tecido social da Associação Rio Cachoeira do Norte, assim como o reconhecimento da importância da agricultura familiar. O objetivo de integrar as comunidades ao Núcleo Litoral Catarinense da Rede de Agroecologia ECOVIDA foi alcançado, promovendo assim a fixação de famílias no meio rural por meio da geração de

oportunidades de trabalho e renda, pautados nos princípios da agroecologia e do saber local.

No decorrer do processo de adoção das práticas de cultivo agroecológico por um grupo de famílias agricultoras, as mesmas apostaram na viabilização da comercialização através da criação e estabelecimento de uma feira semanal agroecológica nas praias da Pinheira e Guarda do Embaú, ambas localizadas no município de Palhoça, próxima às comunidades de Três Barras, Albardão e Sertão do Campo. Neste espaço de comercialização direta é possível verificar que houve uma revalorização dos alimentos tradicionais, principalmente os derivados da mandioca que voltaram a ser produzidos e comercializados; pode-se verificar também a existência de uma produção mais diversificada de alimentos cultivados sem insumos tóxicos com técnicas agroecológicas contribuindo com a segurança alimentar em prol de uma alimentação mais saudável.

Como principal resultado das oficinas de tecelagem e dos encontros com grupos de artesã da Rede ECOVIDA, destaca-se a consolidação de um grupo de artesãs, que trabalham de forma cooperada, compartilhando o mesmo espaço de trabalho, um dos cômodos da casa de uma dessas artesãs foi transformado em um ateliê para o trabalho do grupo.

Foi também construída de forma coletiva entre o grupo de agricultores, artesãos e entidades de assessoria, uma proposta objetivando obter apoio financeiro junto ao projeto: Inclusão Social com patrocínio da Caixa Econômica Federal. O Patrocínio, no valor de 12 mil reais, foi conquistado através da inscrição da proposta das comunidades no edital: ODM-Caixa, aberto pela Gerencia Regional da Grande Florianópolis desta instituição financeira.

Este recurso contribuiu para o atendimento das principais demandas materiais dos empreendimentos das comunidades por possibilitar a aquisição de equipamentos necessários à implantação da feira agroecológica (barracas de feira, balanças, embalagens, entre outros) e a confecção de materiais de divulgação dos produtos e empreendimentos comunitários como: rótulos, folders, banners e placas de identificação das unidades familiares de produção, o que constituirá uma estratégia de construção de uma identidade de origem geográfica da produção a partir da divulgação das iniciativas da agricultura familiar com características peculiares da região.

A intenção de viabilizar junto ao poder público a implementação do ensino de jovens e adultos (EJA), também foi alcançado, e está em andamento. As atividades de mobilização comunitária promovida pela rede de instituições envolvidas no projeto, como também por representantes das escolas locais, com o intuito de iniciar cursos de alfabetização para adultos e um curso de 5^o a 8^o série para adultos e jovens com distorção série e idade, não só encorajaram os agentes locais de diferentes idades para o enfrentamento deste problema, como sensibilizou a secretária municipal da educação, que passou a reconhecer no contato direto com as comunidades: as dimensões da problemática do analfabetismo, como por exemplo às dificuldades dos agricultores na administração de suas propriedades rurais; as solicitações dos moradores ao acesso a educação; e a importância e contribuição desta iniciativa para um desenvolvimento rural fundamentado nos princípios da agroecologia.

No entanto a proposta de uma educação com caráter socioambiental, ainda não é realidade nos espaços do EJA. A iniciativa já tem o apoio da secretaria da educação e os professores e estudantes estão abertos para este desafio, inclusive vem tentando realizar ações pedagógicas associada à realidade local. Porém para efetivar o processo de construção de uma educação socioambiental, reconhece-se a necessidade de capacitação contínua dos agentes educadores. Esta atividade está sendo planejada no âmbito dos projetos integrados interinstitucionais, mantidos pelo Núcleo Transdisciplinar de Meio Ambiente e Desenvolvimento NMD- UFSC, enfatizando-se principalmente o projeto de Desenvolvimento Territorial Sustentável, na zona costeira centro-sul de Santa Catarina.

Outra conquista obtida com estas iniciativas populares em prol da educação foi a doação, para a escola municipal local, de 15 micro computadores pela Gerencia Regional da Caixa Econômica Federal. Estes equipamentos são fundamentais para dar suporte as atividades pedagógicas nas comunidades, bem como, promover a inclusão digital de crianças jovens e adultos que nelas residem.

Um dos resultados alcançados está relacionado com a atuação da EPAGRI, registrando na atual gestão dessa instituição pública responsável pela extensão rural na sub-bacia Rio Cachoeira do Norte, uma atuação mais comprometida com o desenvolvimento local, como também uma relação mais interativa com as comunidades.

Dentre os resultados alcançados destaca-se os obtidos pelo prévio estudo realizado sobre os aspectos socioambientais da região e suas transformações históricas, no qual se constatou que a sub-bacia Rio Cachoeira do Norte se caracterizava pela predominância dos pequenos meios de produção familiar. De modo que praticamente todas as famílias tinham o seu engenho de farinha, onde processavam a mandioca e produziam uma variedade de derivados. Esta realidade expressa-se no depoimento de um agente local entrevistado: “Naquele tempo os homens eram os senhores de si” (Manoel Virtude da Silveira 78 anos, 2007).

Muito relevante também é a experiência política de planejamento integrado e participativo que esta sendo vivenciada pelas comunidades da Associação Rio Cachoeira na rede interinstitucional, no entanto trata-se de um processo em estágio embrionário e com muitas limitações.

Não se pode deixar de citar também que a adoção de novas técnicas contribuíram para a conservação dos recursos naturais, técnicas estas como as vistas nas hortas familiares sob o formato de mandalas e do plantio em consorcio sem o uso de agroquímicos; o controle e reutilização dos resíduos gerado pelo processo de agroindustrialização da mandioca no qual parte desses resíduos passaram a ser transformados em biofertilizantes.

Alem disso, ressalta-se a importância da atividade experimental de ampliação da policultura familiar. Esta iniciativa promovida com êxito pelas instituições prestadoras de serviço de assistência técnica e extensão rural, tem possibilitado o acesso a uma variedade de sementes e mudas de procedência orgânica que estão sendo cultivadas por famílias sensibilizadas pela proposta. Este grupo de famílias tem o compromisso de desenvolver técnicas de cultivo agroecológicas, conserva a diversidade alimentar e de forma solidária realizar troca de sementes, mudas e saberes.

Por fim, o fortalecimento do tecido social da Associação Rio Cachoeira do Norte através da promoção do trabalho em grupo nas etapas de produção e comercialização de alimentos orgânicos e artesanato local, esta contribuindo para a elevação da renda média mensal das famílias, bem como, para o auto-consumo desses produtos, melhorando a qualidade da alimentação e refletindo consideravelmente na saúde coletiva.

Comentários Finais

A sociedade contemporânea, sob as perversas estruturas do vigente capitalismo neoliberal, vem sendo desafiada a construir novos caminhos que a conduza a arte de saber viver. De acordo com Morin (2000) não conhecemos o caminho a traçar, ao andar construiremos o caminho, aprendendo a fazer fazendo.

Sendo assim, as descritas experiências e resultados que estão se desenvolvendo na sub-bacia Rio Cachoeira do Norte através da rede interinstitucional deste projeto, representa uma forma de construção deste processo de aprendizado.

Já se constata entre as famílias envolvidas na produção de alimentos, o reconhecimento de que os sistemas de produção agroecológicos, alcançam os índices dos sistemas agroquímicos. Porém, existe a diferenciação no custo da produção agroecológica que é inferior e outras vantagens ligadas a saúde da família, do meio ambiente, a revalorização da cultura local e a organização sóciopolítica. No entanto, a produção local de alimentos agroecológicos precisa ser melhorada para se assegurar como uma alternativa de desenvolvimento local capaz de gerar renda e a qualidade socioambiental.

Referencias

BECKER, Bertha K; GOMES, Paulo C.da Costa. Meio ambiente: matriz do pensamento geográfico In: VIEIRA, P.F & MAIMON, Dália.(org) **As ciências sociais e a questão ambiental: Rumo à interdisciplinaridade.** Para : APED, 1993

DIEGUES, A.C. **Etnoconservação:** Novos rumos para a conservação da natureza. NUPAUB-USP, São Paulo, 2000. p 1-45

DIEGUES, A.C. et al. **Espaços e recursos naturais de uso comum.** NUPAUB-USP, São Paulo, 2001. p 97-121

DIEGUES, Antonio Carlos. **Povos e águas:** inventário de áreas úmidas brasileiras. 2. ed São Paulo: NUPAUB-USP, 2002. 597p. ISBN 8587304062

EISFORIA. **Desenvolvimento territorial sustentável:** conceitos, experiências e desafios teóricos – metodológico. Florianópolis, v.4,dez.2006. Numero especial p.249-310.

MARTINEZ ANDION, Maria Carolina. **Atuação das ONGs nas dinâmicas de desenvolvimento territorial sustentável no meio rural de Santa Catarina** : os casos da APACO, do Centro Vianei de Educação Popular e da Agreco. Florianópolis, 2007. 1 v. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Ciências Humanas

MORIN,E. **Os setes saberes necessários à educação do futuro**. São Paulo: Corte, 2000.

SACHS.I. (1986) Ambiente e estilos de desenvolvimento. In:I. Sachs, **Ecodesenvolvimento. Crescer sem destruir**. São Paulo: Editora Vertice,p.9-27.

SACHS.I. **Estratégias de transição para o século XXI**, desenvolvimento e meio ambiente. São Paulo: Studio Nobel: Fundação do desenvolvimento administrativo ,1993 .

VIEIRA, P.F, BERKES,F., SEIXAS, C. **Gestão integrada e participativa de recursos naturais**:conceitos, métodos e experiências. Florianópolis, Secco/APED, 2005.

Relatório da Associação de Desenvolvimento da Microbacia do Rio Cachoeira do Norte (2005).